



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA: UM ALERTA DOCENTE A PARTIR DA ETNOMATEMÁTICA

Jones Colombo¹
jones_colombo@id.uff.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo emitir um alerta aos professores sobre os cuidados necessários ao ministrar Educação Financeira em escolas públicas. Argumentamos que a abordagem hegemônica, frequentemente descontextualizada e individualista, pode reproduzir desigualdades ao ignorar as realidades socioeconômicas dos estudantes. Propomos um tripé fundamentado na Etnomatemática, na crítica ao viés de classe docente e no direcionamento para a Justiça Social. Por meio de revisão bibliográfica, demonstramos como práticas financeiras comunitárias podem servir de base para uma educação financeira que, em vez de focar em instrumentos do mercado financeiro, prepare os estudantes para compreender e defender políticas públicas essenciais tais como: a Previdência Social, SUS, etc.

Palavras-chave: Educação Financeira Escolar. Etnomatemática. Justiça Social. Formação Docente. Escola Pública.

1. INTRODUÇÃO: A URGÊNCIA DE UM OLHA CRÍTICO PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A inserção da Educação Financeira (EF) como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) coloca um novo e complexo desafio para os professores, em especial os de Matemática. A abordagem hegemônica que frequentemente chega às escolas, impulsionada por iniciativas de instituições financeiras, tende a reduzir a EF a um conjunto de técnicas individuais de poupança e investimento. Nesse contexto, este artigo busca emitir um **alerta docente**: uma Educação Financeira descontextualizada, longe de ser uma ferramenta de emancipação, pode se tornar um instrumento de reprodução de

¹ Doutor em Matemática. UNICAMP. ORCID 0000-0002-1205-9697.



desigualdades e de culpabilização do indivíduo por suas condições econômicas.

Partimos do pressuposto de que a EF não é neutra. Ela é carregada de valores e visões de mundo que, quando não problematizadas, reforçam a lógica neoliberal do "empreendedorismo de si", onde o sucesso e o fracasso financeiro são atribuídos exclusivamente à competência e à disciplina de cada um. O risco é que o professor, muitas vezes imerso nesse discurso e a partir de seu **viés de classe**, apresente ferramentas como previdência privada e fundos de investimento como soluções universais, ignorando a realidade socioeconômica da maioria dos alunos da escola pública.

Para contrapor essa visão, propomos um tripé fundamental para uma EF um pouco mais razoável: **a valorização dos saberes financeiros comunitários**, através da lente da **Etnomatemática**; **a consciência crítica do educador sobre seu lugar social**. Nosso objetivo é argumentar que a EF na escola pública deve começar pela valorização das matemáticas já praticadas pela comunidade, para então construir uma consciência cidadã que permita aos alunos entender e defender seus direitos

2. ETNOMATEMÁTICA: VALIDANDO AS MATEMÁTICAS FINANCEIRAS DA COMUNIDADE

Para evitar uma abordagem colonialista (de cima para baixo) da EF, que desconsidera os saberes locais, a Etnomatemática oferece um marco teórico fundamental. Como define D'Ambrosio (1990), a Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais identificáveis, que desenvolvem suas próprias "ticas" (técnicas) para "matemar" (entender, explicar e lidar com) sua realidade. Isso desloca o eixo do conhecimento matemático válido, que deixa de ser apenas o acadêmico-científico para incluir as práticas cotidianas.

Nesse sentido, a EF já é uma realidade vibrante nas periferias e comunidades. A proposta pedagógica, portanto, não é levar a educação financeira até o aluno, mas partir da que já existe. Podemos citar, como ilustrações:

- **A Matemática da Economia Informal:** O cálculo do "geladinho" do vendedor ambulante, que precisa precificar seu produto considerando custo, margem de lucro e poder de compra do cliente, é um sofisticado



exercício de gestão. O "fiado" funciona como um sistema de crédito baseado na confiança e no relacionamento social, e não em scoring bancário.

- **As Estratégias Coletivas de Financiamento:** As "caixas sociais", "juntas" ou "consórcios informais" são um exemplo potente. Como discutido por Singer (2002) no contexto da economia solidária, essas práticas são fundamentadas na lógica da cooperação e da reciprocidade, e não na acumulação individual. Elas representam uma forma eficaz e culturalmente enraizada de planejamento financeiro para aquisição de bens ou enfrentamento de emergências.

Ao trazer essas práticas para a sala de aula, o professor, ancorado na Etnomatemática, realiza um duplo movimento: valida a cultura e o saber de seus alunos, tornando a aprendizagem significativa, e cria a base para uma análise crítica que compara diferentes lógicas econômicas (a solidária vs. a capitalista financeirizada).

3. O ALERTA DOCENTE: O VIÉS DE CLASSE E A QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA

Este tópico constitui o cerne do alerta proposto. É crucial que o educador reflita sobre como sua própria trajetória e posição social influenciam sua percepção do que é "racional" ou "adequado" em termos financeiros. Um professor que tem acesso e familiaridade com produtos do mercado financeiro pode, inadvertidamente, apresentá-los como a única via possível para uma vida financeira saudável.

O exemplo mais contundente é o da previdência. Para parcelas da classe média, a previdência privada (PGBL/VGBL) é uma ferramenta natural e necessária, visto que o Regime Geral de Previdência Social (INSS) é percebido como insuficiente ou em "rombo". No entanto, para a maioria dos alunos da escola pública e suas famílias, a realidade é diametralmente oposta. A aposentadoria pública, seja urbana, rural ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), não é uma opção complementar, mas a principal e, muitas vezes, única rede de proteção social. É comum que a aposentadoria dos avós seja o esteio financeiro de toda a família.



Portanto, ao ensinar que "o INSS é inviável e você precisa de uma previdência privada", o professor comete um grave erro pedagógico e social. Essa fala, além de desconsiderar a impossibilidade econômica de grande parte da população de poupar nesses moldes, deslegitima e estigmatiza a política pública que garante a sobrevivência de seus alunos. Como alerta Styve (2018), essa abordagem individualista e neoliberal da EF acaba por responsabilizar o pobre por sua pobreza, ignorando as estruturas sociais que a produzem.

4. RUMO A UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA

Se a realidade concreta da maioria da população é a dependência das políticas de Estado, a EF mais atenta com a realidade deve realizar uma virada conceitual: de uma educação para fugir do Estado (via acumulação privada) para uma educação para compreender e fortalecer o Estado de Direito e Social.

Nessa perspectiva, a EF deve se tornar um braço da educação para a cidadania. Seu objetivo final seria formar alunos capazes de:

- Compreender o conceito de Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) e seu financiamento via impostos.
- Analisar criticamente os discursos midiáticos e políticos sobre o "rombo da Previdência", entendendo-os como disputas de narrativa sobre a distribuição da riqueza nacional.
- Distinguir entre o regime de repartição (INSS), onde os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos inativos, e o regime de capitalização (previdência privada), e discutir os impactos sociais de cada um.
- Reconhecer que a defesa de um sistema público, universal e solidário de aposentadoria é uma questão de **Justiça Social** e um mecanismo crucial de redistribuição de renda.

Assim, a verdadeira "alfabetização financeira" para o estudante da escola pública inclui uma "alfabetização tributária" e política: entender para onde vai o dinheiro dos impostos e como lutar para que ele retorne em forma de direitos e serviços de qualidade.



5. O DESCOMPASSO DAS HABILIDADES: QUANDO O "ÚTIL" É INADEQUADO

Além do exemplo paradigmático da previdência, outras habilidades consideradas basilares pela educação financeira tradicional revelam-se profundamente descontextualizadas quando confrontadas com a realidade dos estudantes da escola pública. Longe de serem ferramentas de emancipação, podem funcionar como lembrete constante de sua exclusão financeira. A análise crítica desses descompassos é fundamental para uma prática docente consciente.

5.1 Habilidade: "Criar e seguir um orçamento rigoroso"

- **Abordagem Tradicional:** Foca em cortes drásticos de gastos, eliminação de "supérfluos" e disciplina individual para equilibrar receitas e despesas.
- **Problema para o Público da Escola Pública:** Pressupõe uma margem de manobra financeira que muitas famílias não possuem. Quando a renda é insuficiente para cobrir as despesas básicas (aluguel, alimentação, luz, água), falar em "cortar gastos" é inócuo e pode gerar frustração. O "supérfluo" para uma classe média (streaming, jantar fora) pode ser inexistente na realidade do aluno.
- **Ressignificação Crítica:**
 - Mapear a Inelasticidade dos Gastos: Ensinar a identificar quais gastos são fixos e essenciais e qual a porcentagem da renda familiar eles consomem.
 - Identificar "Vazamentos" não Óbvios: Focar em otimizar os gastos essenciais: análise de tarifas de energia, comparação de preços, entendimento de juros no "fiado".
 - Planejar para a Sazonalidade: Gerir recursos em períodos de "vacas gordas" para sobreviver aos de "vacas magras".

5.2 Habilidade: "Fazer um fundo de emergência"

- **Abordagem Tradicional:** Poupar de 3 a 6 meses de despesas em uma aplicação de liquidez imediata.



- **Problema para o Público da Escola Pública:** A maioria das famílias vive no limite da subsistência. A possibilidade de poupar um valor significativo é remota. Um imprevisto é uma catástrofe financeira, não um mero contratempo.
- **Ressignificação Crítica:**
 - Mapear Redes de Apoio: Identificar e acessar redes de solidariedade em caso de emergência: família, vizinhos, "caixas sociais", igrejas.
 - Conhecer os Direitos Sociais: Saber a quem recorrer e como acessar benefícios de assistência social (SUS, BPC/LOAS, tarifa social de energia).

5.3 Habilidade: "Investir para multiplicar o patrimônio"

- **Abordagem Tradicional:** Ensinar sobre ações, tesouro direto, fundos de investimento, CDB, com foco na acumulação e no juros composto.
- **Problema para o Público da Escola Pública:** Pressupõe a existência de um excedente financeiro para investir, o que é uma realidade distante. Pode criar a ideia de que o problema financeiro do pobre é falta de conhecimento sobre o mercado de capitais, e não falta de renda.
- **Ressignificação Crítica:**
 - "Investir" na Própria Capacitação: Usar recursos para cursos profissionalizantes, alimentação mais nutritiva, transporte até o local de trabalho.
 - Entender a Inflação: Focar em proteger o poder de compra. Ensinar o que é o INPC, como a inflação corrói o valor do salário mínimo.

5.4 Habilidade: "Usar o crédito de forma inteligente"

- **Abordagem Tradicional:** Ensinar sobre a importância do score de crédito, usar o cartão com fatura total e buscar empréstimos com as menores taxas de juros.
- **Problema para o Público da Escola Pública:** O "crédito" acessível a essa população são justamente os com as maiores taxas de juros do



mercado: cartão de crédito (rotativo), crédito consignado, crediários populares.

- **Ressignificação Crítica:**

- Anatomia da Dívida: Reconhecer uma dívida predatória. Calcular os juros reais do cartão não pago, do crediário ou do cheque especial.
- Mecanismos de Defesa: Ensinar sobre renegociação de dívidas, os perigos da alienação fiduciária, e como procurar um Procon ou Defensoria Pública.

5.5 Habilidade: "Fazer planejamento para aposentadoria"

- **Abordagem Tradicional:** Focar na previdência privada.
- **Problema para o Público da Escola Pública:** Ignora que o INSS é a base.
- **Ressignificação Crítica:**
 - Planejamento do Ciclo de Vida Familiar: A "aposentadoria" em muitas comunidades é um arranjo intergeracional. A habilidade é entender esse ciclo: a fase em que os jovens sustentam a casa, a fase em que os idosos com aposentadoria estável se tornam o sustento da família.

5.6 Conclusão: Para Além do Jargão Financeiro

Conclui-se, portanto, que a adequação pedagógica não está em simplesmente traduzir o jargão financeiro, mas em realizar uma transposição didática, digamos, mais radical, que parta das reais necessidades, estratégias de sobrevivência e lutas por direitos que caracterizam a vida financeira das classes populares. Esta abordagem fortalece enormemente o argumento central, mostrando com riqueza de detalhes como e por que o viés de classe do educador é tão prejudicial, e apontando caminhos concretos para uma Educação Financeira verdadeiramente emancipatória.



6. REPARAÇÃO HISTÓRICA: ESTRATÉGIAS RURAIS EM UM CONTEXTO URBANO ANACRÔNICO

Para compreender as práticas financeiras de muitas famílias das classes populares, é imperioso realizar uma análise histórica que contextualize a rápida transição brasileira de uma sociedade agrícola para uma urbana, ocorrida principalmente entre as décadas de 1960 e 2000. Milhões de pessoas migraram do campo para a cidade, carregando consigo um conjunto de estratégias e saberes financeiros que eram altamente funcionais e sofisticados em seu ambiente de origem. No entanto, ao serem transpostas para o ecossistema urbano, muitas dessas práticas perderam sua eficácia, tornando-se anacrônicas. O olhar etnomatemático nos permite não apenas identificar essas estratégias, mas, sobretudo, compreendê-las em sua lógica original, evitando o julgamento preconceituoso que frequentemente as classifica como "idiotices do povo".

6.1 Estratégias Rurais e sua Transposição para o Meio Urbano

- **A Lógica do Armazenamento vs. a do Dinheiro Circulante:** No ambiente rural, a riqueza não estava primordialmente no dinheiro, mas nos ativos físicos e na capacidade de armazenamento. Estocar alimentos da safra, criar animais no quintal e guardar materiais para futuros consertos eram estratégias de sobrevivência. Na cidade, onde tudo é monetarizado e o espaço é limitado, essa lógica se quebra. Guardar objetos inservíveis "porque um dia pode precisar" -- uma prática sábia num contexto de escassez e isolamento -- é vista como acumulação compulsiva ou falta de organização no apartamento urbano.
- **O Crédito Baseado na Honra e na Proximidade:** O sistema de crédito informal conhecido como "fiado", profundamente enraizado no Brasil rural, surgiu como uma adaptação necessária à realidade econômica, suprimindo a falta de liquidez das famílias entre um pagamento mensal e outro. No entanto, sua operação estava intrinsecamente ligada a um cálculo de risco que refletia a instabilidade crônica do país. Para se protegerem da inadimplência, que podia levar um pequeno comércio à falência quando um cliente honesto perdia sua renda, os comerciantes passaram a embutir um "prêmio de seguro" nos preços. Crucifixmente,



esse sobrepreço não era aplicado apenas aos produtos vendidos no fiado, mas a todos os itens, distorcendo os preços de base e tornando-se um dos componentes históricos da inflação brasileira – um imposto invisível pago por todos para cobrir o risco de crédito de alguns.

Paralelamente a essa dinâmica econômica, o fiado foi instrumentalizado como uma arma de expropriação e dominação. Em regiões como o Nordeste e o Centro-Oeste (notadamente Mato Grosso do Sul), oligarquias locais utilizavam-se de comércios sob seu controle para endividar pequenos proprietários. Na primeira oportunidade, essa dívida era convertida em uma forma "legítima" de confiscar suas terras, um expediente de grilagem branca que transformou o crédito em um mecanismo de violência fundiária.

Além da expropriação, uma prática ainda mais perversa tem raízes no século XIX e persiste sob novas roupagens: a escravidão por dívida. O método de fornecer ferramentas, insumos ou adiantamentos ("fiado") a trabalhadores, para depois alegar que a dívida contraída superava seus ganhos, tornou-se uma forma moderna de aprisioná-los ao trabalho, repetindo um ciclo de servidão que o Brasil insiste em não superar.

Este é o contexto de vulnerabilidade e violência econômica que expulsa milhares para as cidades. Ao chegarem aos centros urbanos, muitas vezes sem documentação formal devido a esse histórico de exclusão, essas pessoas encontram o anonimato da metrópole. A relação interpessoal de confiança que, com todos os seus problemas, regulava o fiado no interior, desaparece. Sem acesso ao crédito formal, tornam-se presas fáceis para um novo tipo de predador: o crédito formalizado, porém predatório.

Crediários populares, cartões de lojas e agiotas digitais ocupam o vácuo, mas sem qualquer vestígio da função social original do fiado. Os juros abusivos não são mais um "seguro" contra inadimplência; são um mecanismo calculado de lucro sobre a exclusão, replicando em escala industrial a servidão por dívida que outrora era uma tragédia localizada. A inadimplência em massa nas grandes cidades não é, portanto, uma falha de caráter, mas a culminação lógica de uma estrutura econômica que historicamente negou alternativas dignas de sobrevivência financeira para uma grande parcela da população.



- **O Planejamento por Safras e a Renda Inconstante:** A vida no campo era regida pelos ciclos da natureza: período de plantar, de colher, de vender. O planejamento financeiro era sazonal. Na economia urbana informal, muitos trabalhadores (camelôs, diaristas, prestadores de serviço) também têm uma renda profundamente irregular e incerta. A antiga habilidade de administrar recursos durante longos períodos de "vacas magras" é mantida, mas agora em um contexto de custos de vida fixos e mensais (aluguel, água, luz), contra os quais a sazonalidade se choca com força brutal.
- **A Autossuficiência e a Produção para o Próprio Consumo:** Produzir a própria comida, consertar seus próprios utensílios e construir sua própria moradia eram pilares da economia rural. Na cidade, a divisão do trabalho é extrema, e a maioria dos bens e serviços precisa ser adquirida no mercado. A tentativa de manter a autossuficiência, como criar galinhas num lote urbano ou tentar consertos complexos sem ferramentas adequadas, é frequentemente vista como arcaica e até mesmo ilegal, quando confrontada com normas de vigilância sanitária e urbanísticas.

6.2 O Papel do Professor: Explicar, não Humilhar

O grande desafio e a grande oportunidade para o professor, ao abordar a Educação Financeira Escolar, é explicar esses dispositivos aos alunos. O objetivo não é humilhar os pais e avós que procederam -- e ainda procedem -- dessa forma, mas sim justificar a gênese dessas práticas.

1. **Validar a Inteligência das Estratégias Passadas:** O professor deve começar enfatizando que essas não eram ações irracionais. Pelo contrário, eram soluções inteligentes e adaptativas a um contexto específico de vida. A avó que guarda sacos plásticos não é "acumuladora", ela é sobrevivente de uma época em que embalagens eram escassas e valiosas.
2. **Contextualizar a Mudança de Ambiente:** Em seguida, deve-se explicar como a mudança do ambiente rural para o urbano alterou radicalmente as regras. O que era fortaleza tornou-se, em muitos



casos, fragilidade. É uma questão de adequação de ferramentas, não de caráter ou inteligência individual.

3. **Resgatar o que ainda é Útil:** Muitos desses saberes mantêm sua utilidade, mesmo na cidade. A cooperação comunitária (as "caixas"), o conserto criativo de objetos e o aproveitamento máximo dos recursos são princípios que, ressignificados, podem ser poderosas ferramentas de economia e resistência.
4. **Apontar para as Novas Estratégias Necessárias:** Finalmente, o professor pode construir uma ponte para as novas habilidades exigidas pelo contexto urbano. Compreender a conta de luz, saber ler um contrato de aluguel, entender os juros do cartão de crédito e, sobretudo, conhecer os direitos sociais e trabalhistas são as novas "técnicas de sobrevivência". Esta é a verdadeira alfabetização financeira para a cidadania: não apagar o passado, mas construir sobre ele, equipando os alunos para navegar criticamente no mundo em que vivem, honrando a trajetória de suas famílias.

Dessa forma, a Etnomatemática cumpre um papel de reparação histórica, devolvendo a dignidade do saber a práticas que são frequentemente ridicularizadas, e permitindo uma transição consciente e crítica entre os saberes financeiros do passado e as exigências do presente.

7. EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A AUTOGESTÃO: DAS CAIXAS SOCIAIS ÀS MOEDAS LOCAIS

Dentro do marco teórico da Etnomatemática e da Justiça Social, a Educação Financeira pode e deve ir além da crítica, assumindo um caráter propositivo. Isso envolve a valorização, a compreensão e o aprimoramento de estratégias comunitárias de autogestão, que podem ser divididas em duas categorias principais: os sistemas de poupança e crédito rotativo e os sistemas de moeda local.

7.1 Autorregulação Comunitária: As "Caixas Sociais"

As "caixas sociais", "juntas" ou "consórcios informais" são um mecanismo clássico de poupança coletiva. Seu funcionamento constitui um rico



objeto de estudo etnomatemático: um grupo de pessoas se organiza e cada uma contribui periodicamente com um valor combinado. A cada período, um dos participantes recebe o valor total do fundo. A matemática envolvida -- o cálculo das parcelas, a definição da ordem de recebimento (por sorteio, necessidade ou consenso) e a gestão da inadimplência -- é uma matemática viva, contextualizada e a serviço da cooperação.

- Ensinar sobre esses mecanismos não é romantizá-los, mas sim: Reconhecer sua Eficácia: São instrumentos de crédito e poupança acessíveis a quem é excluído do sistema financeiro tradicional.
- Desenvolver Habilidades de Gestão Democrática: Os alunos aprendem sobre transparência, prestação de contas, tomada de decisão coletiva e resolução de conflitos.
- Fortalecer o Tecido Social: Essas práticas reforçam laços de confiança e solidariedade na comunidade, contrastando com a lógica individualista do mercado.

7.2 Moedas Sociais: O Caso da Mumbuca de Maricá

Um mecanismo mais complexo e igualmente relevante é o das moedas sociais. Diferente das caixas sociais, que são fundos rotativos de dinheiro oficial (Reais), uma moeda social é uma unidade de troca complementar, criada e gerida localmente para fomentar a economia de um território específico. O Mumbuca, da cidade de Maricá (RJ), é um exemplo de destaque.

7.2.1 Como Funciona o Mumbuca?

A Mumbuca é uma moeda digital, lastreada em Reais, que funciona em paralelo ao Real. Seu funcionamento pode ser explicado em três pilares:

1. **Lastro e Conversão:** Cada Mumbuca é equivalente a um Real. A prefeitura, gestora do sistema, garante esse lastro. Isso significa que os comerciantes credenciados podem converter os Mumbucas que recebem de volta em Reais.
2. **Distribuição via Programa de Renda Básica:** A principal forma de injetar Mumbucas na economia local é através de um programa de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. A população recebe uma parcela de sua renda em Mumbucas.



3. **Circulação em Circuito Econômico Local:** Os cidadãos usam as Mumbucas para comprar bens e serviços nos estabelecimentos credenciados no município. O objetivo é criar um "circuito fechado" de riqueza, onde o dinheiro circule e multiplique-se dentro da própria economia de Maricá, fomentando o comércio local e a geração de empregos, em vez de "vazar" para grandes redes ou outros municípios.

7.2.2 A Relevância Pedagógica do Mumbuca

Compreender um sistema como a Mumbuca é um exercício poderoso de educação financeira crítica, pois permite aos alunos:

- Entender a Natureza Social do Dinheiro: O dinheiro não é um fenômeno natural, mas uma convenção social. O Mumbuca demonstra que comunidades podem criar seus próprios instrumentos de troca, desde que haja confiança e acordo coletivo.
- Discutir Políticas Públicas Inovadoras: Analisa-se como o poder público pode usar instrumentos monetários para atingir fins sociais, como o fortalecimento da economia local e a garantia de renda.
- Visualizar Circuitos Econômicos: Os estudantes podem mapear como o Mumbuca circula, identificando produtores, comerciantes e consumidores locais, e entendendo o conceito de "multiplicador econômico".
- Questionar a Hegemonia do Sistema Financeiro: Abre-se espaço para discutir a concentração do poder de emitir moeda e como alternativas locais podem criar resiliência econômica.

7.3 Conclusão do Eixo: Alfabetizando para a Economia Solidária

Portanto, uma Educação Financeira ancorada na Etnomatemática e na Justiça Social deve incluir o ensino sobre esses mecanismos de autogestão. Seja a matemática simples e direta de uma "caixa social", seja a economia política complexa por trás de uma moeda social como a Mumbuca, o objetivo é o mesmo: demonstrar que existem outras lógicas econômicas possíveis, baseadas na cooperação, na comunidade e na soberania sobre os próprios recursos. É formar cidadãos que não são apenas críticos do sistema vigente,



mas que também conseguem visualizar e atuar na construção de alternativas concretas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROFESSOR DE MATEMÁTICA COMO INTELLECTUAL TRANSFORMADOR

O chamado para lecionar Educação Financeira coloca sobre o professor de Matemática uma responsabilidade que vai muito além do domínio de fórmulas de juros compostos. Sem um olhar etnomatemático, a EF escolar corre o risco de ser uma prática colonialista. Sem um compromisso com a Justiça Social, ela se torna mero adestramento para a conformidade com a lógica financeirizada.

Conclui-se, portanto, que a formação docente -- tema central do Caderno da licença -- precisa incorporar essa nova perspectiva. Os cursos de licenciatura devem preparar os futuros professores não apenas na técnica, mas na sociologia, na economia política e na ética, capacitando-os a enxergar a Educação Financeira como um poderoso instrumento de leitura do mundo e, conseqüentemente, de sua transformação.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, A. V. P.; SAMPAIO, F. S. Educação financeira escolar: uma análise do Programa “Educação Financeira nas Escolas”. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 31, n. 57, p. 249-268, 2017.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer*. São Paulo: Ática, 1990.
- JESUS, G. R. de; REINA, D. R. F. Educação financeira no contexto da escola pública: entre o prescrito e o cotidiano. *Revista Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 442-463, 2020.
- KNIJNIK, Gelsa. *Educação matemática em tempos de neoliberalismo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- MORAES, M.; BARBOSA, J. C. Contribuições da etnomatemática para a educação financeira em um curso de Licenciatura em Matemática. *Revista de Educação Matemática*, v. 14, n. 17, p. 101-118, 2017.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



STYVE, R. A. Educação financeira: uma análise crítica do discurso neoliberal no ensino básico. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

